

INTERVENÇÃO

DEBATE PLANO E ORÇAMENTO 2016

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Cumpre a esta Assembleia apreciar os últimos documentos provisionais da primeira legislatura deste novo ciclo de governação do PS, resultante da capacidade de renovar com confiança e de governar de forma próxima e sempre empenhada que os Açorianos voltaram a reconhecer ao Partido Socialista em 2012.

Fazemo-lo numa altura em que a Região regista, nos seus vários indicadores socioeconómicos, resultados encorajadores, comprovando que o esforço e a atenção que a governação do Partido Socialista tem dedicado à proteção e apoio às famílias e às empresas dos Açores não só tem sido fundamental para sustentar o impacto das ondas de austeridade nacional, como permite alavancar estruturalmente a nossa economia.

Seria, pois, muito fácil vir a esta tribuna, num ano em que os números confortam a alma até do mais cético dos comentadores e calam os argumentos do mais empedernido e sectário dos críticos, despejar vitoriosamente as mais recentes estatísticas do setor turístico na Região.

Seria como se, invertidos os papéis, nos coubesse a nós agora, num ano de excelente colheita, o direito de reverter o discurso catastrofista de uma certa oposição – política e industrio-comercial – e de moldar a realidade à força dos números, aproveitando o cenário estatístico favorável para nos erguermos como os únicos obreiros da bem-aventurança.

Seria legítimo e politicamente lucrativo. É que, como não-de convir, Senhoras e Senhores Deputados, razões não faltam num ano em que a Região regista os maiores aumentos percentuais do país em número de hóspedes e em número de dormidas, crescendo em termos homólogos mais de 21% e 17,5%, respetivamente, ou, se preferirmos em valores absolutos, mais de 50.000 hóspedes e mais de 156.000 dormidas, ultrapassando no acumulado, e ainda a três meses do final do ano, a barreira do milhão de dormidas. E esta evolução positiva também se verifica ao nível dos rendimentos do setor, com os proveitos totais a ascenderem a cerca de 45 milhões de Euros, subindo 18,6% em termos homólogos, e o REVPAR (Rendimento por quarto disponível) a registar um valor muito próximo dos 30€, para uma taxa de ocupação que atinge os 57,6%.

Acresce que, se excetuarmos os casos de Santa Maria e da Graciosa, que já mereceram do Governo Regional uma atenção dedicada no sentido de se apurarem medidas específicas de melhoria dos resultados turísticos, o crescimento verificado abrange todas as restantes sete ilhas, atingindo

mesmo nos casos de S. Jorge, S. Miguel, Pico, Faial e Corvo aumentos na casa dos dois dígitos.

Como se pode comprovar, Senhoras e Senhores Deputados, os números são cristalinos e dizem quase tudo. E não o fazem só em termos homólogos. Também em relação ao início da legislatura – agora que estamos a entrar no último ano do presente mandato – o comparativo é favorável em todos os indicadores, tendo os proveitos globais ultrapassado em cerca de um milhão e meio de Euros os registados em 2012, quando ainda faltam três meses por apurar. Até em relação ao melhor ano de que há registo os dados de 2015 são animadores, o que levou o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores a considerar recentemente que, “muito provavelmente”, iríamos suplantar os resultados de 2007.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Significa isto que está tudo bem com o turismo nos Açores e que nada há a fazer? Não, obviamente que não.

Em primeiro lugar, temos de continuar a vencer o desafio de colocar o Turismo ao serviço da criação de riqueza e de emprego na nossa Região. O esforço desenvolvido pelas entidades públicas e privadas, quer nos tempos de maior dificuldade, quer nesta fase de grande otimismo, só será compensado se resultar em mais emprego em cada uma das nossas ilhas.

Esse esforço só terá valido a pena se o Turismo se constituir na prática como uma ferramenta que permita aos Açores gerar mais valor, com implicações diretas na melhoria dos rendimentos e da vida dos Açorianos.

Mantendo a coerência que a este propósito sempre revelámos, consideramos que o facto de os números serem bons num trimestre, num semestre ou mesmo num ano não significa por si só que tudo está bem, do mesmo modo que sempre dissemos que dados negativos num determinado trimestre, semestre ou até ano não são sinónimo de que tudo está mal. Parece uma evidência, eu sei, mas não é. E tanto não é que ainda o ano passado, no âmbito do debate do Plano e Orçamento, quando os números eram mais modestos que os agora verificados, o PSD, revelando desânimo e desalento, falava numa crise que parecia eterna e num Governo incapaz de a resolver.

O Governo é o mesmo, senhoras e senhores deputados, o PSD é – se ignorarmos a questão do realinhamento ideológico em curso – mais ou menos o mesmo, mas os números do turismo são muito melhores! Será o PSD capaz de reconhecer agora ao Governo Regional o mérito dos resultados deste ano, da mesma forma que o culpou sempre que os resultados foram menos bons?

Não creio, até porque já todos sabemos que o maior partido da oposição vê nos atuais resultados do turismo uma consequência direta e exclusiva do novo modelo de acessibilidades de e para a Região e da revisão das Obrigações de Serviço Público. Mesmo sabendo que o acentuar do crescimento mensal é anterior ao início da operação das ditas *low-cost* e que os mercados emissores que mais cresceram são os Estados Unidos e o Canadá, que não dispõem de ligações através de companhias aéreas de baixo

custo – mesmo perante este quadro, o PSD insiste em fazer uma análise de curto alcance e em reduzir o que é estrutural a um determinado contexto conjuntural.

Sabemos por que o faz. Se conseguirem fazer passar a ideia de que tudo foi obra do ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, acham que poderão, de algum modo, ficar associados à vitória – esperançosos de que os açorianos se esqueçam que foi o mesmo Sérgio Monteiro que utilizou durante mais de dois anos o veto de gaveta para fazer com que a proposta de revisão das Obrigações de Serviço Público do anterior Governo Regional não pudesse ser debatida e viabilizada, e que foi preciso a mudança de Ministro da Economia para que os Açorianos pudessem beneficiar de um modelo de acessibilidades mais consentâneo com os seus anseios e expetativas.

A diferença, Senhoras e Senhores Deputados, é que a nós, à governação do Partido Socialista, o que nos move é a luta, não é a vitória! No tempo devido se saberá se somos merecedores dos louros da conquista, decisão que, em democracia, cabe soberanamente ao povo que nos mandata. Entretanto, o que nos importa é porfiarmos na procura de soluções para os problemas dos Açores e nunca abdicarmos de lutar pela melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos. E esse triunfo, Senhoras e Senhores Deputados, ninguém nos tira!

Senhora Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A evolução do turismo como setor económico essencial na Região é um processo de longo alcance, que ganhou corpo com os governos do PS e que, com um ou outro período de menor fulgor, se vem consolidando de forma crescente. Nunca consideramos que se tratava de um adquirido. É antes um processo em curso, que exige uma parceria muito estreita com os agentes do setor e uma noção muito clara do papel do Governo enquanto agente facilitador e de estímulo de um negócio que é sobretudo feito por privados.

Cumpre-nos, por isso, agora que os números revelam uma notoriedade maior do destino e um apelo acrescido num mercado que é altamente concorrencial, um esforço concentrado na qualificação da oferta turística para que ela possa corresponder às expectativas daqueles que nos visitam, em linha com a imagem promocional que temos vindo a projetar quer por via de ações de marketing e publicidade, quer com base em eventos de projeção internacional em áreas que se conjugam com o destino que queremos ser.

É imperioso, tal como os documentos que agora apreciamos demonstram, articular as linhas de orientação estratégica da promoção turística da nossa Região com o esforço acrescido de qualificação que temos de empreender. Sermos mais visitados é um ganho imediato, mas o objetivo tem de ser continuarmos a ser cada vez mais visitados, e isso não depende apenas do custo do acesso, mas depende também, e cada vez mais, da qualidade da

experiência que cada visitante usufruir e da imagem que, por essa via, se vier a projetar do destino Açores.

Em paralelo, é reconfortante perceber que o Governo Regional assume como prioridade, nesta fase de impacto acrescido da procura junto de um tecido empresarial subdimensionado e pouco testado, o acompanhamento dos agentes do setor e a procura constante de soluções que respondam aos anseios e legítimas necessidades dos empresários turísticos.

Isso não invalida, porém, que tenhamos absoluta consciência de que a conversão do turismo em hospitalidade é uma tarefa que incumbe a todos e a cada um de nós, Açorianos, não apenas enquanto atividade comercial mas sobretudo enquanto vetor estratégico de uma Região que precisa de diversificar a sua base económica e consolidar um setor que sabemos possuidor de um significativo potencial reprodutivo. Neste sentido, a valorização dos produtos natureza e mar, que o Plano assume como prioritários, estabelece os princípios orientadores para os quais se deve dirigir o esforço conjugado das entidades públicas e dos agentes das atividades associadas ao setor, de modo a que se aprofunde o nosso posicionamento enquanto destino ecoturístico, aproveitando as vantagens dadas e preservadas.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os governos do PS não hesitaram quando se viram obrigados a decidir pela criação de condições para que a capacidade turística instalada não fosse

vítima das dificuldades económicas que assolaram os principais mercados emissores e da austeridade que outros impuseram sobre aqueles que desejavam visitar a Região. Com coragem e determinação, correndo riscos políticos, o Governo Regional assumiu nos tempos mais conturbados da crise económico-financeira que a Europa e o país viveram a responsabilidade de procurar minimizar os efeitos da queda da procura e tentar manter o estímulo dos agentes do setor.

Ultrapassada, com grande resiliência dos empresários turísticos, essa fase difícil, retomado o caminho do crescimento, a mesma oposição do costume ou não fala de turismo ou, quando quebra o silêncio, fá-lo num tom próprio de quem, com duas doses de amnésia e uma de desapego, olha para uma evidência.

Cumpre-nos continuar a lutar pela afirmação inequívoca da Região enquanto destino turístico reconhecido, possuidor de uma oferta adequada e de qualidade, não só a nível hoteleiro mas também no que diz respeito às atividades associadas, tornando o setor cada vez mais contributivo em termos de Valor Acrescentado Bruto e intensivo em termos de empregabilidade.

É essa a nossa motivação. Sempre renovada.

É essa a nossa ambição, hoje como no dia em que os Açores deixaram de conceber o turismo como uma miragem e se empenharam em construir uma alternativa económica de futuro.

Horta, Sala das Sessões, 25 de novembro de 2015

O Deputado: André Bradford